

# REFLEXÕES SOBRE RACISMO AMBIENTAL E CONDIÇÕES DE VIDA EM PORTO ALEGRE: A ENCHENTE DE 2024

Elisa Algayer Casagrande<sup>1</sup>

Alexandro Cardoso<sup>2</sup>

Resumo: Este ensaio aborda o racismo ambiental em Porto Alegre, focando nas condições de vida e trabalho de catadoras/es de materiais recicláveis e da população negra. Baseado em uma perspectiva antropológica das cidades, da memória e dos resíduos, o estudo utiliza técnicas de observação participante e etnografia audiovisual para explorar a intersecção entre as experiências históricas dessas populações e suas paisagens urbanas. O conceito de racismo ambiental, originado nos Estados Unidos, é crucial para entender a luta das comunidades afetadas por catástrofes ambientais, que têm se tornado mais frequentes e intensas. Buscamos refletir sobre a forma que a urbanização desigual e segregação espacial marginalizam comunidades negras, exacerbando os impactos de desastres climáticos. Durante a escrita do material, ocorreram as enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul, que ilustram essa desigualdade, afetando principalmente áreas de baixa renda e com alta concentração de população negra. Além disso, o ensaio destaca a luta das/os catadoras/es por justiça social e melhores condições de trabalho, enfatizando a importância de uma abordagem inclusiva e justa no desenvolvimento urbano e na gestão ambiental, principalmente dos resíduos.

Palavras-chaves: racismo ambiental, antropologia urbana, catadoras/es de materiais recicláveis, quilombos urbanos

Abstract: This essay addresses environmental racism in Porto Alegre, focusing on the living and working conditions of recyclable material collectors and the black population. Based on an anthropological perspective of cities, memory, and waste, the study uses

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social (Universidade Feevale). Jornalista e Relações Públicas (PUCRS). Pesquisadora associada ao Banco de Imagens e Efeitos Visuais/LAS/ NUPECS/PPGAS-UFRGS.

<sup>2</sup> Doutorando em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Antropologia Social, Pós Graduando em Alternativas Para Uma Nova Educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e graduado em Ciências Sociais (UFRGS).

participant observation and audiovisual ethnography techniques to explore the intersection of these populations' historical experiences with their urban landscapes. The concept of environmental racism, originating in the United States, is crucial for understanding the struggles of communities affected by increasingly frequent and intense environmental disasters. We aim to reflect on how unequal urbanization and spatial segregation marginalize black communities, exacerbating the impacts of climate disasters. During the writing of the material, the May 2024 floods in Rio Grande do Sul illustrated this inequality, primarily affecting low-income areas with high black populations. Additionally, the essay highlights the struggle of collectors for social justice and better working conditions, emphasizing the importance of an inclusive and fair approach to urban development and environmental management.

Key words: environmental racism, urban anthropology, waste pickers, urban quilombos

## **Introdução**

No presente ensaio, propomos uma reflexão sobre as condições de vida e trabalho de populações, as quais são atravessadas pelo racismo ambiental (Herculano, 2008; Filgueira, 2021) na cidade de Porto Alegre, trazendo observações de campo sobre catadoras/es de materiais recicláveis, e população negra na cidade. Este estudo se baseia em uma perspectiva antropológica das cidades, da memória e dos resíduos, explorando a intersecção entre as experiências históricas dessas populações e suas paisagens urbanas, sob o olhar da Antropologia Urbana.

O conceito de racismo ambiental tem se tornado muito importante para explicar a luta das/os atingidas/os pelas catástrofes ambientais, as quais estão causando uma nova discussão em torno de emergências climáticas, pois estão ocorrendo de forma mais rápidas, intensas e violentas. A autora Selene Herculano (2018), nos traduz de forma simples e bem informativa o novo conceito estudado no Brasil, racismo ambiental, mas que nos Estados Unidos, acompanha as lutas dos movimentos sociais, da diáspora afro-americana, desde a década de 1960.

Inspirados pelos trabalhos de Gilberto Velho (1981, 1994) sobre sociedades complexas, e guiados pela abordagem da etnografia da duração (Eckert, 1991; Rocha, 1994), buscamos investigar as metrópoles e seus habitantes. Nossas pesquisas,

conduzidas no doutorado em Antropologia Social pelos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS), utilizando técnicas de observação participante e etnografia audiovisual para trazer estes relatos.

Escrevo na condição de pesquisador que vem de dentro, “um catador participante e comprometido, várias vezes sendo protagonista em campo, podendo utilizar de sua posição para descrever em riqueza de detalhes aquilo que quer revelar e ampliar em vozes e visibilidade; portanto, a posição está dada desde o sempre” (Cardoso, 2022, p. 23), enquanto pesquisador, mas também um catador de materiais recicláveis que pesquisa sobre sua própria categoria, onde sou uma das referências na organização social.

Nas palavras de Denzin (2018), devemos fortalecer nossas pesquisas, trazendo qualidade, excelência e impactos de justiça social, e neste caso, enquanto catador, um dos objetivos é justamente fortalecer a categoria, bem como ampliar a pesquisa com informações que somente quem é de dentro, pode acessar e compartilhar.

Para isso, devemos criar nossos próprios padrões de avaliação, nossas próprias medidas de qualidade, influência, excelência e impacto de justiça social. Estes são critérios morais. Eles celebram resistência, experimentação e empoderamento. Eles honram o trabalho partidário que oferece críticas baseadas no conhecimento das configurações sociais e das instituições. Eles promovem a dignidade humana, direitos humanos e sociedades justas em todo o mundo. Esses discursos serão sempre sobre o local, sobre a justiça humana nas vidas vividas sob o neoliberalismo. O foco será nos seres humanos enquanto indivíduos singulares universais e nos grupos que universalizam, em suas singularidades, as experiências de vida transformadoras de seu momento histórico (DENZIN, p. 107, 2018).

Nosso objetivo é refletir não apenas as condições materiais, mas também as dinâmicas sociais e ambientais que moldam suas vidas e trabalho, mas, mais do que isso, de que forma algumas populações se deslocam e são deslocadas para a vida em determinados locais da cidade, e como a memória destes grupos se entrelaça com a memória da cidade e das paisagens urbanas. Porto Alegre, como muitas outras cidades brasileiras, é marcada por uma história de urbanização desigual e segregação espacial.

Nesse sentido, é importante também considerar a destruição criativa (Durand, 1993) e a ideia de renascimento urbano trazida por um canteiro de obras (Halbwachs, 1990) presente no discurso utilizado para as remoções no processo de "revitalização" em que projetos de desenvolvimento urbano são implementados sem considerar os impactos

sociais e ambientais, resultando na marginalização e deslocamento de comunidades inteiras.

As populações negras frequentemente enfrentam condições precárias de moradia, acesso limitado a serviços básicos e discriminação no mercado de trabalho. Além disso, o racismo ambiental se manifesta através da poluição e degradação ambiental concentradas em áreas habitadas predominantemente por pessoas negras. Neste contexto, as relações entre os moradores das cidades e as paisagens urbanas são complexas e multifacetadas.

As experiências das populações negras e das/os catadoras/es de materiais recicláveis refletem não apenas as injustiças sociais, mas também formas de resistência. Através de nossas pesquisas, buscamos destacar essas vozes e promover uma reflexão mais ampla sobre questões de justiça social, o urbano e direitos humanos. Ao longo do ensaio, trazemos relatos de nossas experiências em campo, com a comunidade quilombola do Quilombo dos Machado, localizado na zona norte da cidade de Porto Alegre, e do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

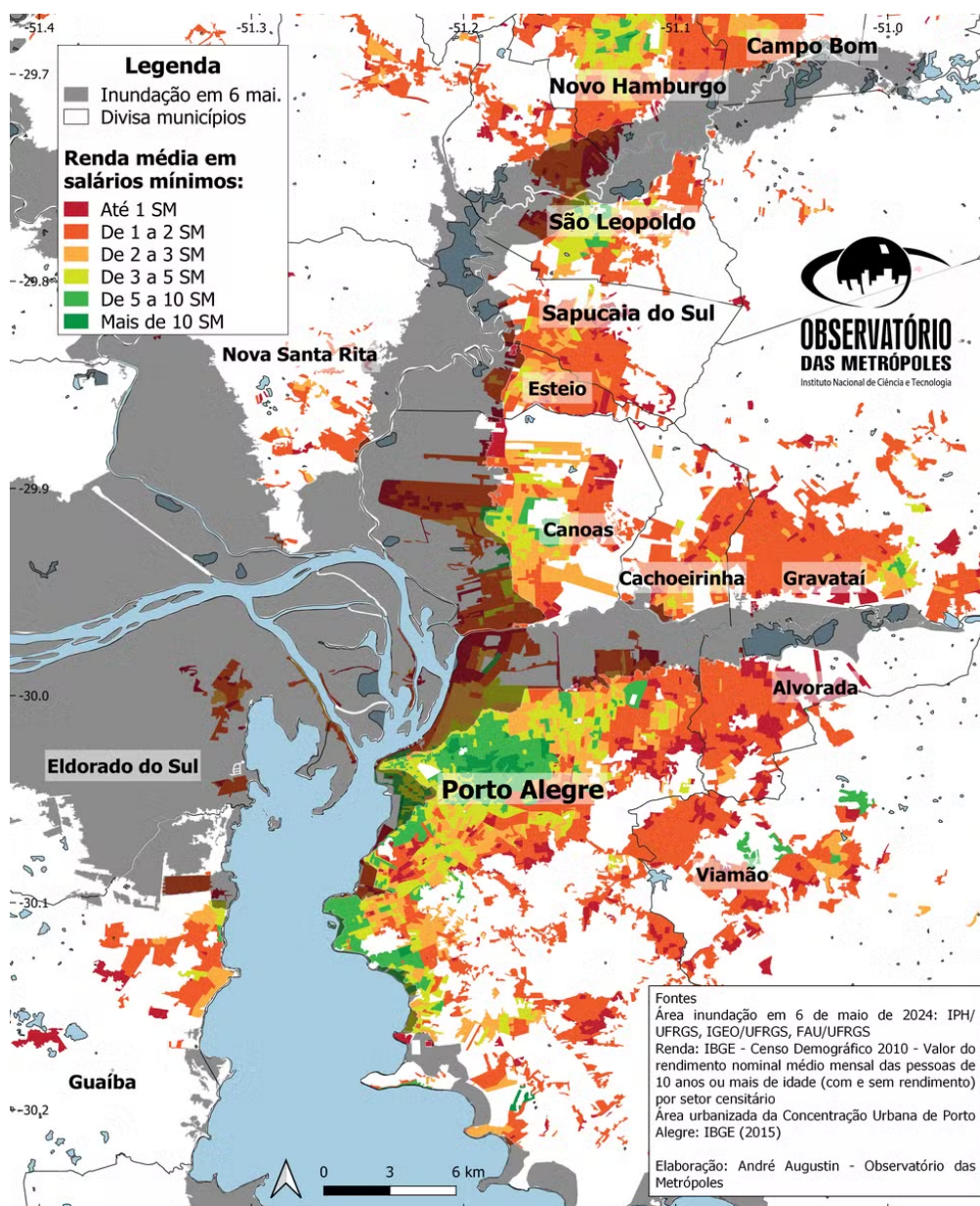
### **Racismo ambiental, um conceito para explicar a inundação de 2024**

Quando enviamos a proposta de artigo, não imaginávamos a sequência de eventos catastróficos que aconteceria no estado do Rio Grande do Sul, principalmente na capital, cidade de Porto Alegre, bem como na Região Metropolitana, no mês de maio de 2024. Se a proposta do texto e da apresenta o seria tratar sobre questões de racismo ambiental histórico na capital gaúcha, abordando a questão das periferias e popula es vulneráveis, em especial de comunidades quilombolas e de catadoras/es de materiais recicláveis, após esse evento crítico tudo se tornou ainda maior.

Como podemos ver abaixo, no estudo realizado pelo Observatório das Metr poles (2024), as popula es que menos causam impacto ambiental, que têm menor poder aquisitivo, principalmente a popula o negra, são as que sofrem e estão sofrendo com as mudanças climáticas, as quais são já consideradas emergências climáticas, ou seja,   a materializa o de uma forma de racismo ambiental.

Mapas produzidos pelo Núcleo Porto Alegre do INCT Observatório das Metr poles mostram a rela o entre rendimento, cor e raça, para analisar os

impactos do evento climático extremo ocorrido no Rio Grande do Sul. Até o início desta semana (20 de maio), a tragédia das cheias impactou 2,3 milhões de pessoas em todo estado, deixando 157 mortos e quase 658 mil pessoas fora de casa. “Todos os gaúchos foram afetados de alguma forma pelas enchentes, mas quando comparamos as áreas alagadas com a renda média de cada região, dá para perceber que as áreas mais pobres são as mais atingidas”, afirma o pesquisador do Núcleo Porto Alegre, André Augustin. Além disso, as áreas que mais sofreram com as enchentes apresentam uma concentração expressiva de população negra, geralmente acima da média dos municípios. Esta informação é apresentada em mapa elaborado pelo pesquisador, que compara as áreas atingidas pela enchente na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) com a população negra por setor censitário. Os dados são provenientes do Censo 2010, já que ainda não estão disponíveis no levantamento censitário mais recente. (Observatório das Metrôpoles, 2024)



Mapa completo da RMPA permite uma visão mais abrangente da situação nas margens do Guaíba e dos rios Gravataí e dos Sinos. Observação: a área de inundação é uma estimativa da UFRGS para o dia 06/05 e, portanto, pode não incluir algumas regiões que alagam em outras datas. Fonte e elaboração: Observatório das Metrôpoles (2024).

O conceito de racismo ambiental é norte americano, foi criado nos Estados Unidos da América (EUA), a partir da segunda metade do século XX, quando os movimentos sociais negros lutavam por justiça ambiental, chamando atenção para suas comunidades que recebiam tratamento diferenciado em relação as outras comunidades, principalmente na coleta de resíduos, limpeza das ruas e praças, instalações de lixões a céu aberto, bem como instalação de empresas que trabalhavam com produtos químicos, emitiam fumaças e maus odores, ou que traziam riscos a saúde da comunidade.

De acordo com Aguiar e Souza (2019) e Filgueira (2021), foi nesse período que as comunidades negras, afro-norte-americanas, guiadas por Martin Luther King, lutavam por direitos civis e passaram a impulsionar a emergência do racismo ambiental. O movimento questionava a instalação de indústrias pesadas com forte potencial de destruição ambiental e poluição nos territórios ocupados pelas comunidades da diáspora africana; compartilhava-se a poluição e seus impactos ambientais territoriais e concentravam-se as riquezas.

Com a elevação da temperatura no planeta, aquecimento, que remete em mudanças climáticas que alteram drasticamente o clima no planeta, causando diversas catástrofes como elevação do nível do mar, furacões, fortes tempestades que causam deslizamentos, inundações e alagamentos, bem como grandes períodos com falta de chuvas trazendo a seca e a morte de animais, plantas e seres humanos, muitas vezes causando a migração de comunidades inteiras - os refugiados do clima, que são principalmente pessoas não brancas, pobres economicamente e as que menos agrudem o meio ambiente ou usam os recursos naturais.

A luta por direitos civis e ambientais pautou muitos países, e ainda pauta, principalmente do Hemisfério Sul, que recebem frequentemente e em maior número, as corporações que utilizam como base de produção, matérias primas advindas da natureza, sendo então, as maiores destruidoras do planeta, bem como as grandes fábricas que produzem produtos e liberam fumaças tóxicas, água poluída e risco para seus vizinhos, concentrando as riquezas e compartilhando a poluição, miséria e as catástrofes climáticas.

O Brasil é um dos principais produtores de milho, soja e outros grãos, bem como é um país que ainda tem fome e uma das maiores discrepâncias econômicas entre os mais ricos e os mais pobres, bem como é um dos campeões em uso de “defensivos agrícolas”, os famosos agrotóxicos, que são proibidos nos países do hemisfério norte, mas que aqui

são livres, para produzirem ração de gado e posterior gado, para exportação, expondo de forma contundente a poluição industrial em territórios ocupados pelos descendentes da diáspora africana, trazendo à tona este debate, embasando as reivindicações “por justiça social, direitos civis, equidade e a contestação às discriminações institucionais (sociais e ambientais, sobretudo as de domínios raciais) praticadas pela sociedade e pelo Estado” (Filgueira, 2021, p. 188).

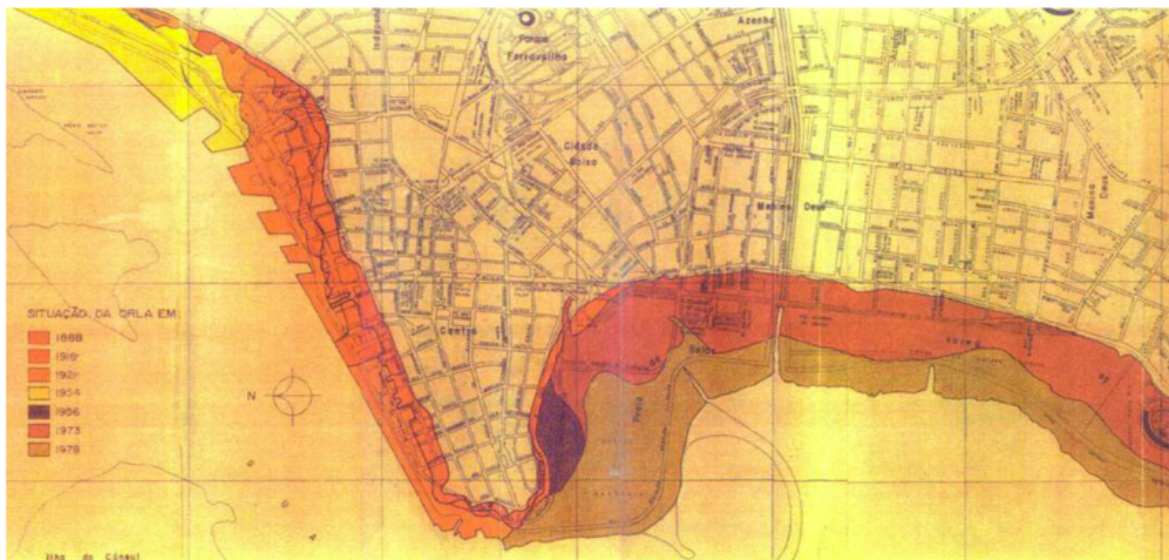
O problema do racismo ambiental é tão grande que até mesmo a autora Selene Herculano esquece de falar sobre resíduos sólidos e as/os catadoras/es, mesmo sendo uma população imensa no Brasil e no mundo. Conforme o Banco Mundial (2014), conta com um contingente acima de 15 milhões de pessoas, a maioria, 75%, sobrevive de forma insalubre, reside em ruas, ocupações e lixões com moradias precárias. Esse esquecimento da categoria é concêntrico, pois mesmo mesmo entre os mais excluídos e claro, os resíduos, não estão no mesmo nível de exclusão, sendo tão profunda, em relação as/aos catadoras/es e resíduos, que chegam a invisibilidade.

O conceito (racismo ambiental) diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. – que têm se defrontado com a ‘chegada do estranho’, isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas – barragens, projetos de monocultura, carnicultura, maricultura, hidrovias e rodovias – que os expõem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida. Se tais populações não-urbanas enfrentam tal chegada do estranho, outras, nas cidades, habitam as zonas de sacrifício, próximas às indústrias poluentes e aos sítios de despejos químicos que, por serem sintéticos, não são metabolizados pela natureza e, portanto, se acumulam (Herculano, 2008, p. 16).

Desde as lutas sociais nos EUA, vem mobilizando ativistas e pesquisadoras/es das mais diversas áreas do conhecimento, principalmente das Ciências Humanas e Ambientais para olharem com atenção para estes fenômenos sociais e ambientais, os quais são marcados pela raça e cor das populações.

Ao longo da história da cidade de Porto Alegre, os processos de urbanização incluíram a realização de aterros, e retificação ou supressão de arroios, diminuindo as margens, principalmente do Rio Guaíba, ampliando a área terrestre da cidade, da mesma

forma que aconteceu em quase todas as capitais brasileiras e outras cidades pelo mundo. A prefeitura tinha receita com a venda de aterros, que incluía terra e resíduos sólidos, que serviam como aterramento do Rio Guaíba, era “a prática adotada nessa época era a venda dos serviços de aterramento de pequenas áreas privadas, elevação de cotas com disposição e compactação de resíduos sólidos e, posteriormente, cobertura da área com solo (aterro)” (PMGIRS, 2013, p.164). Os aterros foram realizados ao longo de um grande período, em etapas, a partir de um plano de expansão, urbanização e "revitalização" da cidade. As obras iniciaram no fim do século 19 e se estenderam até a década de 1970. Uma grande parte desse processo foi justificada como uma solução de saneamento, a criação de bairros residenciais e até medidas de saneamento. A área central da cidade triplicou com a realização dos aterros.



A Evolução dos aterros de Porto Alegre.  
Fonte: Porto Alegre: Secretaria de Planejamento Municipal – PMPA/1986

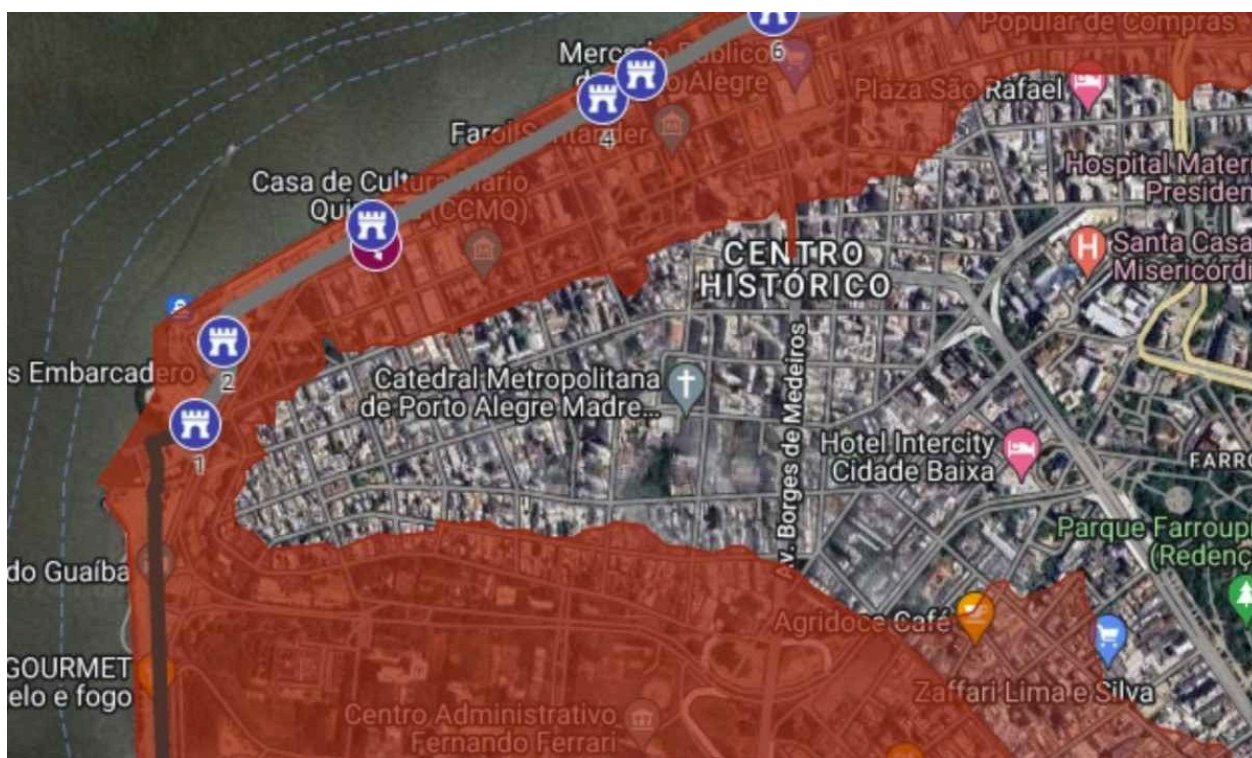




Evolução dos aterros de Porto Alegre. Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/05/porto-alegre-dos-aterros-saiba-como-a-cidade-avancou-sobre-o-guaiba-ao-longo-das-decadas-cjvigba4p030h01pemaucrqqk.html>

O avançar da cidade sobre as águas do Guaíba, porém, resultou em áreas mais baixas e, assim, passíveis de alagamento, caso não sejam recebidas o cuidado devido, e um sistema de drenagem e bombeamento, que evita inundações. Isso sem falar do memorável muro da Mauá, e das comportas da cidade, sistema implementado em xxx. Mas todo esse conjunto de ferramentas que foi implementado para lidar com o movimento das águas sobre a cidade precisa de reparos e monitoramento constante. Segundo declarações de pesquisadores e especialistas, a enchente, que vem sendo chamada de a maior enchente da história da cidade, se agravou sobre o perímetro urbano devido à falta de manutenção das bombas de drenagem e das comportas<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2024-05/inundacao-em-porto-alegre-foi-falta-de-manutencao-dizem-especialistas>



Mapa que mostra a área alagada da cidade. Fonte: <https://www.em.com.br/nacional/2024/05/6855768-perfil-publica-mapas-antigos-de-porto-alegre-e-viraliza.html>

Mas a criação destes aterros cria, também áreas mais "baixas", e a recomendação é de que, junto com estes sistemas, aterros e áreas próximas a corpos d'água, em especial de grandes proporções, tenham áreas verdes, que agem na absorção da variação de nível do lago/rio e também das chuvas. O asfalto, logicamente, não absorve a água, e sem um estudo ambiental adequado, e a criação e manutenção de sistemas de bombas e diques, não há vazão. A ausência de um sistema funcional de drenagem, o desmatamento de matas ciliares próximas aos corpos d'água e o processo de mudanças climáticas são condições que contribuem na intensificação de estragos de enchentes.

Com as inundações no Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre por exemplo, as ruas do centro da cidade, Bairros mais nobres como Menino Deus, Cidade Baixa, Floresta e São Geraldo, que foram limpos, com seus volumes de rejeitos imediatamente coletado das ruas, do que em relação aos Bairros Humaitá, Sarandi, e parte do Farrapos, onde até o momento em que escrevemos este ensaio, continuam com rejeitos nas ruas, e no Humaitá, nas proximidades da Arena do Grêmio, além de permanecerem os resíduos, passaram a receber resíduos de bairros ao seu redor.

## **O impacto sobre catadoras/es de materiais recicláveis**

A situação que já era difícil, com a catástrofe ficou ainda pior. Até este momento, sentimos o horror das catadoras e catadores narrando a subida da água, a perda de suas casas, de suas cooperativas, de parte de suas vidas. Algumas famílias ficaram até o último momento, quando lhes restaram apenas suas vidas, pois a água já havia consumido o resto. Tristeza, lamentação, incertezas. Uma mistura de sentimentos de pessoas que lutaram para terem o pouco para sobreviver e acabaram perdendo tudo, justamente estas que mais ajudam a natureza reciclando e ressignificando os resíduos.

Famílias deslocavam-se para alojamentos, mas algumas insistiam até o último minuto, pois havia esperanças de que a água começasse a baixar. Alto falantes e sirenes, pequenas embarcações e jet skis anunciavam resgate, mas sempre havia aqueles que não queriam sair. Em conversa pelo aplicativo whatsapp com um catador atingido que pediu para não ser identificado, disse “o estado nunca me deu valor, minha vida e trabalho para eles não vale nada, tudo que eu tenho de valor está aqui.” Essa afirmação é reflexo do reconhecimento e valorização do estado brasileiro ao trabalho e vida de uma/m catadora/r de materiais recicláveis.

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) realizou um diagnóstico de impacto da catástrofe nas organizações de catadoras/es, concluindo que todas as organizações do estado foram impactadas diretamente ou indiretamente. As diretamente foram aquelas que a inundação ocupou os galões e casas, onde a água chegou e indiretamente em todo o estado, seja porque os compradores de materiais recicláveis concentram-se na região metropolitana de Porto Alegre e pelas chuvas terem derrubado pontes e rodovias, não puderam circular com seus caminhões ou não compraram materiais neste primeiro mês, ou ainda, como no caso de Porto Alegre, em que a coleta seletiva foi suspensa em alguns dias, por não poderem circular caminhões nas vias, por estarem inundadas.

Segundo o MNCR (2024), em sua campanha solidária em que busca apoio para a reconstrução no Benfeitoria, as perdas das/os catadoras foram:

A relação aponta 22 cooperativas que foram diretamente afetadas pelas inundações. De acordo com os dados preliminares, as perdas incluem 18 caminhões, 30 prensas, 11 esteiras ou mesas de triagem, 2 empilhadeiras, 2.900 big bags, 100 bombonas e cestos, 6 computadores e impressoras, 14 elevadores de carga ou paleteiras, 4 balanças plataforma, 17 balanças digitais, além dos equipamentos de cozinha e móveis de escritório. (MNCRa, 2024, s/p)

A situação da categoria é acentuada com a catástrofe por já viverem em situação de dificuldades interior a ela, onde a renda média de cada família não passava de um salário mínimo, ocasionada pela entrada de resíduos de outros países no Brasil, o qual foi reduzido a zero de impostos no Governo Bolsonaro, alterando o preço dos recicláveis os reduzindo para mais da metade do valor. O governo Lula, a pedido das/os catadoras/es, através do Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) integrado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), elevou para 18% as alíquotas do Imposto de Importação cobradas sobre a entrada no Brasil de resíduos de papel, plástico e vidro, entretanto essas medidas estão surtindo efeitos vagarosamente, com os preços dos materiais ainda abaixo do seu normal.

O papelão, principal material historicamente comercializado por carroceiros na cidade de São Paulo, hoje é facilmente encontrado nas esquinas ou entupindo bueiros. Esse material que chegou a ser comercializado por R\$1,70 no quilo no período de pandemia, hoje vale apenas R\$0,15. Outros materiais também tiveram desvalorização parecida, pois o Brasil começou a isentar impostos na importação de materiais recicláveis vindos de outros países durante o Governo Bolsonaro. Com isso, a categoria perdeu espaço e a indústria tem optado por importar matéria prima virgem mais barata, sem impostos, ou materiais descartados de outros países. Entre 2019 e 2022 as compras externas de resíduos de papel e vidro subiram respectivamente 109,4% e 73,3%, ao passo que as operações de importação no país de resíduos plásticos apresentaram elevação de 7,2%. (MNCR, 2024b, s/p)

Catadoras/es recebem apenas pela venda dos materiais recicláveis, o que está sujeito ao mercado internacional dos resíduos, são as grandes corporações e as bolsas que deliberam o preço, principalmente do petróleo, minério e energia, ocasionando as altas e baixas do valor. Além disso, a cadeia produtiva da reciclagem é altamente exploradora, sendo que conforme o MNCR (2017) a categoria é responsável por 90% do trabalho da cadeia produtiva, sendo realizado principalmente com seus corpos, seja arrastando bolsões chamados de big bags, carrinhos e carroças, ou ainda nos lixões do nosso país.

A estimativa do MNCR é que existam cerca de 800 mil catadores catadoras em atividade no país, a maior parte dos catadores são do gênero feminino, cerca de 70% da categoria. Os catadores são responsáveis pela coleta de 90% de tudo que é reciclado hoje no Brasil. Há diversas estimativas de catadores variam entre 300 mil a 1 milhão de pessoas sobrevivendo da coleta de materiais recicláveis, segundo levantamento do MNCR e Departamento de Economia da Universidade Federal da Bahia – GERI, 2006. (MNCRc. 2017)

Infelizmente esta catástrofe não é isolada e tão pouco foi a última a ocorrer, pois não são poucas as informações sobre mudanças climáticas, bem como informações sobre as catástrofes que vem ocorrendo tão violentas quanto mais frequentes,, mesmo havendo negacionistas - aqueles que não acreditam nas mudanças climáticas, mesmo havendo uma

série de evidências científicas apontando para o aquecimento do planeta - tornando o conceito racismo ambiental, tem se tornado algo muito significativo, explicando e se popularizando em meio às/aos atingidas/os pelas catástrofes, principalmente a população mais pobre, as quais no mundo, tem variadas cores, mas majoritariamente são pessoas não brancas.

## **O Quilombo dos Machado**

A comunidade do Quilombo dos Machado fica localizada no bairro Sarandi, zona norte/noroeste da cidade de Porto Alegre. É um território amplo, que tem quase 300 famílias. O marco fundacional da comunidade é em meio a um evento que os moradores chamam "retomada" da área, que aconteceu em 07 de setembro de 2012, junto à comunidade Sete de Setembro. Nos arredores, estão a Vila Respeito/Vila Minuano e a Vila Nova Brasília, além da Vila Nazaré, da Vila Asa Branca e da Vila Dique. Mas a relação da comunidade com o local começou antes, a família Machado veio em migração da cidade de São Francisco de Paulo. Pereira (2019) traz a narrativa de Lúcia, ou Tia Lúcia, que na época da entrevista tinha 65 anos, e contou como foi a chegada à capital gaúcha, depois de um longo caminho a pé, atravessando morros, vales e riachos. No depoimento ela remonta lembranças de momentos bonitos através do olhar de uma criança.

Tia Lúcia nos conta que ao chegarem na cidade de Porto Alegre depois de terem feito um longo trajeto de São Francisco de Paula até a capital gaúcha, a pé, descendo morros, cruzando vales e riachos, sua memória, hoje com 65 anos, ainda descreve detalhadamente o melhor desses momentos, vistos pelos olhos de uma criança. Teriam vindo pela estrada de Taquara, apontada por Weimer (2007) como o principal caminho de comunicação entre Porto Alegre e São Francisco de Paula? Tia Lúcia não lembra ao certo, assim também como não recorda a idade que tinha no período, na faixa de 8 a 12 anos, mas lembra das águas que cruzava, de como os respingos do rio batiam em seu rosto. Sua lembrança resgata os momentos em que seu pai, José Pedroso dos Santos, homem negro alto, que tinha orgulho em se identificar como o Serrano, precisava fazer vários cruzamentos nos rios para atravessar ela e os irmãos que eram pequenos. Lembra de como sua mãe, Helena Moura dos Santos, colocou tudo o que tinham dentro de um lençol – não era muita coisa, pois a casa era da avó, eles não tinham muitos pertences. (Pereira, 2019, p. 50)

Há outras comunidades negras da cidade de Porto Alegre, com um processo de migração similar, a exemplo da Família Silva. Seus fundadores são naturais de São Francisco de Paula e Cachoeira do Sul. Fluxos de movimento da população descendente de escravizados do interior do estado para a capital, em meio a um contexto histórico de

busca por melhores condições de vida. E, posteriormente, andanças dessas populações dentro da cidade. As informações e imagens que tenho da comunidade são parte da minha pesquisa de campo, realizada no contexto do doutorado em Antropologia Social na UFRGS, e como pesquisadora associada ao Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV), a partir do marco teórico da etnografia da duração (Eckert; Rocha, 2013). Mas também convivendo com os moradores da comunidade, como amiga e parceira de trabalho.

Durante o período da enchente (e posterior a isso) o bairro Sarandi vem sendo anunciado como um dos mais impactados pela enchente - e talvez como o que teve mais efeitos da mesma. O Sarandi é um bairro de grandes proporções, tem mais de 90 mil habitantes e quase 30km de extensão<sup>4</sup>. A região foi uma das que ficou mais tempo embaixo d'água, e ficou submersa por mais de 30 dias, sendo que em algumas regiões, como a área da Vila Nova Brasília, a água chegou a atingir os telhados das casas. O rompimento do Dique do Arroio Feijó em três locais distintos intensificou a situação de crise da região,

trazendo um grande volume de água, que demorou a baixar. Só depois que a água baixou e o dique foi reparado é que foi possível drenar a água do local.



No momento, o bairro ainda sofre com a sobrecarga de resíduos, retirados das casas e a sujeira da região. Num primeiro momento, assim que a água baixou, a lama

---

4

<http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regiao=53#:~:text=O%20bairro%20pertence%20%C3%A0%20Regi%C3%A3o,3.176%2C84%20habitantes%20por%20km%C2%B2%20>

tomou conta, junto com um cheiro forte e as montanhas de móveis e eletrodomésticos. Ainda durante a inundação, era possível ver todo tipo de coisa boiando na água, muitas dessas coisas acabaram sobre telhados ou presas em galhos de árvores. As duas imagens que trago aqui, uma feita por mim e outra do acervo da comunidade, mostram um pouco da situação durante o período da enchente e logo após, quando o bairro ainda estava cheio de lama.



A trajetória do Quilombo dos Machado revela um processo de resistência, além de uma história rica de uma comunidade que, mesmo diante de adversidades como a recente enchente no bairro Sarandi, continua a fortalecer suas raízes, preservar sua identidade e estabelecer e ampliar redes de solidariedade. A migração da família Machado para Porto Alegre e a formação do quilombo urbanos são testemunhos de resistência e busca por melhores condições de vida. As memórias daqueles que vieram antes, presentes ainda nesse local de cultura e memória, são carregadas de detalhes afetivos e históricos, e ilustram a conexão profunda dos moradores com o território.

A vulnerabilidade a eventos climáticos, como enchentes, é uma realidade que afeta desproporcionalmente as populações negras e pessoas em situação de vulnerabilidade, que historicamente ocupam áreas de risco e menos atendidas pela infraestrutura urbana. Em Porto Alegre, assim como em outras cidades brasileiras, essas comunidades enfrentam um risco maior de desastres ambientais devido à localização geográfica e à falta de investimentos em medidas de prevenção e mitigação. No bairro Sarandi, por exemplo, onde a enchente recente trouxe grandes prejuízos, os impactos foram sentidos de maneira mais intensa pelas famílias negras, que compõem uma parcela significativa dos moradores da região.

## **Considerações Finais**

Diante dos desafios expostos pela inundação de 2024 em Porto Alegre, torna-se imperativo refletir sobre as profundas injustiças reveladas por esses eventos climáticos extremos. O conceito de racismo ambiental, que historicamente marginaliza e expõe comunidades negras e de baixa renda a riscos desproporcionais, torna-se ainda mais urgente em um contexto de mudanças climáticas rápidas e intensas. A cidade de Porto Alegre, assim como muitas outras ao redor do mundo, enfrenta as consequências de décadas de urbanização desigual e segregação espacial. As áreas mais afetadas pelas enchentes são aquelas que já sofrem com infraestrutura precária e falta de serviços básicos, evidenciando como as políticas urbanas têm perpetuado injustiças sociais e ambientais.

Contudo, não podemos ignorar a resistência e a solidariedade que emergem dessas comunidades. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, por exemplo, desempenha um papel fundamental não apenas na coleta e reciclagem, mas também na defesa por direitos civis e condições de trabalho dignas para as/os catadoras/es, bem como luta por uma agenda ambiental que propicie a vida, uma economia justa e solidária que valorize as trabalhadoras e trabalhadores. Suas perdas durante as enchentes destacam a vulnerabilidade da categoria bem como evidenciam a necessidade urgente de políticas que os protejam e que garantam que haja reciclagem, uma das ações providenciais para controle do aquecimento global e mudanças climáticas.

O Quilombo dos Machado também realiza um trabalho nesse sentido, e durante a crise da enchente, ampliou sua rede de solidariedade para as comunidades e vilas do entorno da comunidade, coletando e distribuindo doações na sede da comunidade e indo até locais mais distantes de carro, entregando alimentos prontos inclusive com o uso de barcos, e fazendo mutirões de limpeza das casas. A comunidade também é articulada nacionalmente com o movimento de quilombos, e atua na busca por direitos.

Para enfrentar o racismo ambiental, é crucial que políticas urbanas sejam reformuladas para promover inclusão e equidade. Isso envolve desde investimentos em infraestrutura resiliente até a promoção de educação ambiental que sensibilize sobre as interseções entre raça, classe e meio ambiente. Somente através de um compromisso conjunto com justiça social e ambiental poderemos construir cidades verdadeiramente sustentáveis e inclusivas para todos os seus habitantes, incluindo plantas e animais.



## Referências

AGUIAR, V. G. de; SOUZA, L. F. de. **A contribuição do movimento por justiça ambiental no combate ao racismo ambiental: apontamentos teóricos.** *Élisée, Rev. Geo. UEG – Porangatu*, v.8, n.2, e 82199, jul./dez. 2019.

BANCO MUNDIAL. **Banco Mundial estima que 4 milhões de latino-americanos vivem do lixo reciclado.** Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil, Rio de Janeiro, 31 dez. 2014. Disponível em: <https://unicrio.org.br/banco-mundial-estima-que-4-milhoes-de-latino-americanos-vivem-do-lixo-reciclado/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

CARDOSO, Alexandro. **O eu catador reciclando humanidades.** Editora IFCH. Porto Alegre, 2022.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica.** Tradução da 6a ed. francesa. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1993.

ECKERT, Cornelia; **Une Ville Autrefois Minière: Étude Anthropologique La GrandCombe** France. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Université René Descartes, Paris V, Paris, 1991.

FILGUEIRA, André Luiz de Souza. **Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas.** *Ateliê Geográfico - Goiânia-GO*, v. 15, n. 2, ago/2021, p. 186 – 201.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental.** *Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente*, v. 3, n. 1, p. 01-20, 2008.

MNCRa. **Campanha de Solidariedade aos Catadores do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <<https://benfeitoria.com/projeto/solidariedadeaoscatadoresdors>> Acesso em 30 jun 2024.

MNCRb. **Queda nos preços dos recicláveis gera crise e quem sofre são os catadores/as.** Disponível em: <<https://www.mncr.org.br/noticias/queda-nos-precos-dos-reciclaveis-gera-crise-e-quem-sofre-sao-os-catadores>> Acesso 30 jun 2024.

Observatório das Metrópoles. **Núcleo Porto Alegre analisa os impactos das enchentes na população pobre e negra do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <[https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/nucleo-porto-alegre-analisa-os-impactos-das-enchentes-na-populacao-pobre-e-negra-do-rio-grande-do-sul/?utm\\_source=Boletim&utm\\_medium=E-mail&utm\\_campaign=835&utm\\_content=N%C3%BAcleo+Porto+Alegre+analisa+os+impactos+das+enchentes+na+popula%C3%A7%C3%A3o+pobre+e+negra+do+Rio+Grande+do+Sul](https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/nucleo-porto-alegre-analisa-os-impactos-das-enchentes-na-populacao-pobre-e-negra-do-rio-grande-do-sul/?utm_source=Boletim&utm_medium=E-mail&utm_campaign=835&utm_content=N%C3%BAcleo+Porto+Alegre+analisa+os+impactos+das+enchentes+na+popula%C3%A7%C3%A3o+pobre+e+negra+do+Rio+Grande+do+Sul)> Acesso em 30 jan 2024.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PMIRGS. Volume 1 e 2 – Diagnóstico e Prognóstico. Disponível em:

<[https://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p\\_secao=161](https://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_secao=161).> Acesso em 33 jun. 2024.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *Le sanctuaire du desordre, ou l'art de vivre des tendres barbares sous les Tristes Tropiques Étude de l'esthétique urbaine et la mémoire collective au sud du Brésil*. 1994. Thèse (Doctorat) - Paris: Sorbonne, Paris V.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da, ECKERT, Cornelia. **Os Jogos da memória**. In: iLHA - Florianópolis, n.1, dezembro de 2000, p. 71-84.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **Etnografia com imagens: práticas de restituição**. *Tessituras, Pelotas*, v. 2, n. 2, p. 11-43, jul./dez. 2014.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. v. 1. 149 p. 1981.

VELHO, G. **“Sociedade e Cultura”**. In: Parente, José Inácio; Monte-Mór, Patrícia (Orgs.). *Rio de Janeiro: Retratos da Cidade*. 1 ed. Rio de Janeiro: Interior Produções/Banco do Brasil, v. 1. 1994.